

**CRÍTICA DO IMPERIALISMO E DA REFORMA CURRICULAR BRASILEIRA DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA: EVIDÊNCIA HISTÓRICA DA IMPOSSIBILIDADE DA LUTA PELA  
EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA DESDE A ESCOLA DO ESTADO**

**CRÍTICA DEL IMPERIALISMO Y DE LA REFORMA CURRICULAR BRASILEÑA DE LA  
EDUCACIÓN BÁSICA: EVIDENCIA HISTÓRICA DE LA IMPOSIBILIDAD DE LA LUCHA  
POR LA EMANCIPACIÓN DE LA CLASE TRABAJADORA DESDE LA ESCUELA DEL  
ESTADO**

**CRITICISM OF IMPERIALISM AND THE BRAZILIAN CURRICULAR REFORM OF  
BASIC EDUCATION: HISTORICAL EVIDENCE OF THE IMPOSSIBILITY OF THE  
STRUGGLE FOR THE WORKING CLASS EMANCIPATION FROM THE STATE SCHOOL**

Rosa Maria Corrêa das Neves<sup>1</sup>

Cláudia Lino Piccinini<sup>2</sup>

**Resumo:** A publicação da Base Nacional Comum Curricular que pretende alcançar a educação básica brasileira é parte de reformas contemporâneas que expressam interesses e modo de ação de monopólios brasileiros. Esse evento contribui para desnudar o equívoco teórico e prático que reivindica a escola nacional do Estado burguês como disputável, pela via democrática, numa direção emancipadora da classe trabalhadora, no sentido marxista do termo, ou seja, revolucionária. A investigação específica que fundamenta nossa análise sobre a BNCC iniciou em 2015, com a coleção de posições, através da qual concluímos que seu autor tem sido o Movimento Pela Base, associação de grupos empresariais brasileiros cuja natureza somente pudemos decifrar, recorrendo a análise de Lênin, publicada em 1917, sobre o capitalismo, em sua fase contemporânea - *Imperialismo, fase superior do capitalismo*.

**Palavras chave:** imperialismo. monopólio. escola do Estado. internacionalismo proletário.

**Resumen:** La publicación de la *Base Nacional Comum Curricular*, una resolución gubernamental brasileña que pretende alcanzar toda su educación básica es parte de reformas contemporâneas que expresan intereses y modo de acción de monopolios brasileños. Este evento contribuye a desnudar el equívoco teórico y práctico que reivindica la escuela nacional del Estado burguês como disputable, por la vía democrática, en una dirección emancipadora de la clase obrera en el sentido marxista del término, o sea, revolucionaria. La investigación específica que fundamenta nuestro análisis sobre la BNCC inició en 2015, con la colección de posiciones oficiales y periodísticas, a través de la cual concluimos que su autor ha sido el *Movimento pela Base*, asociación de grupos empresariales brasileños cuya naturaleza sólo pudimos descifrar, recurriendo el análisis de Lenin, publicado en 1917, sobre el capitalismo, en su fase contemporânea - *Imperialismo, fase superior del capitalismo*.

**Palabras claves:** imperialismo. monopolio. escuela del State. internacionalismo proletario.

**Abstract:** The publication of *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*, a governmental resolution addressed to be a national Brazilian curriculum reform in basic education, is part of the contemporary reforms that express Brazilian monopolies interests and patterns. This event contributes to reveal the theoretical and practical misconception that claims the national school of the bourgeois State as a struggle field, through the democratic path, for an emancipating direction of the working class, revolutionary in the Marxist meaning of the term. The background of our analysis began in 2015 as a research with the collection of newspapers positions on the BNCC, through which we conclude that the social actors in favor of this reform, namely *Movimento pela Base*, have been an association of

Brazilian business groups whose nature we identify, using the analysis of Lenin published in 1917, about the contemporary capitalism on Imperialism, the highest stage of capitalism.

**Keywords:** imperialism. monopoly. State school. proletarian internationalism.

### *Introdução*

O processo revolucionário de outubro de 1917<sup>3</sup>, recentemente comemorado em seu centenário por organizações políticas de amplo espectro ideológico, é uma data especial do movimento operário mundial, cravada no calendário graças a luta da classe trabalhadora russa conduzida pela posição de Lênin, tem nos ensinado a considerar vitórias e derrotas, contribuindo para posições sobre marxismo e educação ainda nos dias atuais. São muitas as interpretações da derrota do processo revolucionário, sendo a mais corrente e largamente difundida aquela que entende o stalinismo e governos russos posteriores como continuidade da revolução proletária de 1917 e 1989 como a derrota do *socialismo real*. Alinhamo-nos à interpretação inscrita em CERVETTO (2008) de que no decurso da década de 1920, um conjunto de episódios vai golpeando a perspectiva internacionalista, linfa vital do movimento revolucionário iniciado em outubro de 1917. Dificultada diante da condição objetiva do isolamento do processo revolucionário à Rússia no início da década de 1920, essa posição é definitivamente enterrada através da direção política impressa pelo stalinismo que tornou o capitalismo de Estado russo<sup>4</sup> um *falso socialismo*<sup>5</sup>. Que importância pode ter essa derrota para os dias atuais para marxistas que se ocupam teórica e praticamente de educação? Indiretamente, o centenário de 1917 nos remete a uma experiência concreta de derrota política que vivenciamos entre os anos de 2004 - 2008, quando apostávamos na possibilidade de que a concretização de um projeto pedagógico de formação docente no âmbito de uma escola do Estado burguês, ancorada numa perspectiva marxista de educação, de alguma forma, seria expressão de uma dinâmica emancipadora da classe trabalhadora. (PICCININI, NEVES, 2009; 2013)

Lênin encontra na dinâmica econômica de fundo da luta entre potências imperialistas – cenário social do processo revolucionário – a decifração para a posição reformista e antirevolucionária, nacionalista e adesista à política imperialista e nacionalista de Karl Kautsky, liderança da II Internacional, que sintetizou naquela conjuntura a primeira grande derrota da unidade internacionalista do movimento operário, coeso até as vésperas da guerra iniciada em 1914<sup>6</sup>. Essa análise se inscreve em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, texto fundamental de Lênin, publicado em 1917, para compreensão da estrutura social do imperialismo no contexto bélico, mas também em fases pacíficas do desenvolvimento do capitalismo. A ancoragem da política e da guerra na lógica geral do capitalismo, e não em um vago irracionalismo humano, fornece um quadro explicativo da dinâmica social daquele período e, em linhas gerais, da dinâmica social atual que mantêm as dimensões econômicas com que Lênin caracteriza o capitalismo em sua fase terminal, imperialista.

Pensamos que uma posição reformista equivalente, mas não idêntica obviamente por se tratar de outro contexto e luta, sustentava nossa aposta político-pedagógica da possibilidade de uma emancipação da classe trabalhadora, através da escola burguesa nacional, posição que não era tão particular uma vez que se ancorava em apostas que, no final do século XX e início do XXI, circulavam no campo acadêmico da

educação. E mais: entendemos que esta nossa reflexão tem grande atualidade, sendo presente sua lição política sobre a política burguesa, na qual se incluem lutas por tal ou qual educação nacional.

No contexto atual, a reflexão sobre a fase imperialista do capitalismo tem sido fundamental para compreendermos a reforma curricular da educação brasileira, que busca se realizar com a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa reforma se insere num conjunto de amplas reformas que a jovem potência imperialista brasileira necessita para dinamizar sua concorrência no mercado mundial<sup>7</sup>.

De “Imperialismo” de Lênin, extraímos elementos para comprovar que a direção dessa reforma expressa de modo dominante interesses de um conglomerado de monopólios brasileiros – o Movimento pela Base (MPB) – e que a BNCC se desenvolveu através da “união pessoal com o estado”, forma típica monopolista descrita por Lênin ([1917], 1975).

Nossa contribuição com este artigo inicia com nossa síntese de teses e conceitos do texto de Lênin<sup>8</sup>, e parte da caracterização do Brasil como potência em ascensão imperialista (LOTTA COMUNISTA, 2011; LA BARBERA, 2015) para explorar documentos eletrônicos e notícias do MPB, das fundações empresarias e das próprias empresas que compõem esse Movimento de reformadores da educação. Além dessas fontes, notícias sobre o dinamismo da BNCC, veiculadas pelo Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), além da imprensa de grande circulação nacional foram examinadas para compreender relações entre o MPB e o Estado.

Ancoramos nossa análise no método do marxismo de pensar a política e a educação entranhadas na conjuntura e na estrutura do movimento econômico complexo, caótico e contraditório do capitalismo, de onde fundamentamos reflexões que, a nosso ver, o caso da BNCC enseja para problematizar relações entre imperialismo, marxismo e educação, consideradas ao final.

### *Imperialismo, partilha pacífica e bélica de capitais financeiros altamente concentrados.*

Entendemos que não se deve jamais perder de vista o sentido político do texto de Lênin que, em junho de 1916, na clandestinidade, oferece ao movimento operário à época internacionalizado, uma explicação materialista histórica<sup>9</sup>, não moralista e nem psicológica, da derrota parcial em 1914 do programa marxista de união dos partidos operários europeus contra o capitalismo em geral e, em particular, a guerra imperialista<sup>10</sup>. A resposta foi dada através da caracterização social típica da fase imperialista do capitalismo, em que superlucros garantem uma condição de vida confortável a setor bastante reduzido da classe trabalhadora, dando a sensação a esta própria camada – a aristocracia operária – e a extratos da classe trabalhadora, sobre os quais tem influência, de que a solução de contradições do capitalismo, inclusive da guerra, seria dada pelo desenvolvimento do capitalismo, através da via democrática, e não da via revolucionária. Diz Lênin ([1917], Prefácio às edições francesa e alemã, 2017, s.p.):

Como demonstramos neste livrinho, o capitalismo deu agora uma situação privilegiada a um punhado (menos da décima parte da população da Terra, ou, calculando de um modo muito “generoso” e muito acima, menos de um quinto) de países particularmente

ricos e poderosos que, com o simples “corte de cupões”, saqueiam todo o mundo. A exportação de capitais dá rendimentos de oito a dez mil milhões de francos por ano, de acordo com os preços de antes da guerra e segundo as estatísticas burguesas de então. Naturalmente, agora são muito maiores.

É evidente que tão gigantesco superlucro (visto ser obtido para além do lucro que os capitalistas extraem aos operários do seu “próprio” país) permite subornar os dirigentes operários e a camada superior da aristocracia operária. Os capitalistas dos países “avançados”, subornam-nos efetivamente, e fazem-no de mil e uma maneiras, directas e indirectas (sic), abertas e ocultas.

Essa camada de operários aburguesados ou de “aristocracia operária”, inteiramente pequenos burgueses pelo seu gênero de vida, pelos seus vencimentos e por toda a sua concepção do mundo, constitui o principal apoio da II Internacional e, hoje em dia, o principal apoio social (não militar) da burguesia. Porque são verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, lugar-tenentes operários da classe dos capitalistas (*labor lieutenants of the capitalist class*), verdadeiros veículos do reformismo e do chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia colocam-se inevitavelmente, em número considerável, ao lado da burguesia, ao lado dos “versalheses” contra os “communards”.

Na passagem Lênin ressalta que, a despeito de parecer ser um texto essencialmente econômico, é uma análise com profundo sentido social e político, que envolve lutas da classe trabalhadora na conjuntura da primeira guerra mundial, e nos provoca a pensar: o que pode explicar que trabalhadores, supostamente orientados por uma perspectiva marxista, tenham apoiado o massacre de trabalhadores de outras nacionalidades, se opondo à síntese máxima do marxismo – de união de trabalhadores de todos os países? Seria a ilusão de que a progressividade social do capitalismo seria eterna, ou de que guerra e paz são eventos políticos naturais, nem econômicos nem históricos? Uma ideia de que a expansão do capitalismo criará menos desigualdade, de que os problemas que o capitalismo cria em termos de exploração da humanidade e da natureza podem ser resolvidos no âmbito do próprio capitalismo? No campo ideológico pode haver muitas razões, mas todas encontram correspondência em interesses diversos, mais ou menos gerais, das forças envolvidas no plano material comum, razões essas concretamente decifradas por Lênin, como a necessidade pela *partilha do mundo entre as grandes potências*, relacionada à *partilha do mundo entre as associações de capitalistas*.

Aplicando o método dialético e histórico do marxismo a análises de economistas burgueses sobre mudanças no capitalismo do século XX, Lênin afirma que a guerra iniciada em 1914 era uma guerra própria de um novo capitalismo, de uma nova fase histórica, diferente de outras, pelo fato de não existirem mais “terras sem dono” no mundo para expansão e domínio econômico.

(...) quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. *O que há de fundamental neste processo - do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas.* (LÊNIN, [1917], 1975, p.107, grifos nossos)

Entendemos que esta obra de Lênin é um tratado que permite, a partir da apresentação com extremo detalhe e precisão da constituição e da ação de monopólios alemães, franceses, britânicos e norte-americanos, demonstrar que a guerra imperialista é pavimentada no âmbito de uma nova fase do capitalismo, que emerge “como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral” (Lênin, 2017, s.p.). Nesta nova fase, dimensões gerais e comuns de aspectos

particulares das potências envolvidas nos conflitos lhes permitem concluir que “o monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior” (IDEM). Lênin tem todo cuidado em demonstrar o desenvolvimento histórico que tornou possível essa nova fase do capitalismo, em seu máximo grau de concentração, uma fase que já tinha sido antevista por Marx e publicada em 1859 em O Capital, como Lei da Acumulação que aponta a tendência de transformação da concorrência em monopólio.

Há meio século, quando Marx escreveu O Capital, a livre concorrência era, para a maior parte dos economistas, uma “lei natural”. A ciência oficial procurou aniquilar, por meio da conspiração do silêncio, a obra de Marx, que tinha demonstrado, com uma análise teórica e histórica do capitalismo, que *a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio. Agora o monopólio é um fato*. Os economistas publicam montanhas de livros em que descrevem as diferentes manifestações do monopólio e continuam a declarar em coro que o marxismo foi refutado. Mas os fatos são teimosos - como afirma o provérbio inglês - e de bom ou mau grado há que tê-los em conta. *Os fatos demonstram que as diferenças entre os diversos países capitalistas, por exemplo no que se refere ao protecionismo ou ao livre câmbio, trazem consigo apenas diferenças não essenciais quanto à forma dos monopólios ou ao momento do seu aparecimento, mas que o aparecimento do monopólio devido à concentração da produção é uma lei geral e fundamental da presente fase de desenvolvimento do capitalismo*. No que se refere à Europa, pode-se fixar com bastante exatidão o momento em que o *novo capitalismo* veio substituir definitivamente o velho: em princípios do século XX. (LÊNIN, [1917], 1975, p.7, grifos nossos)

Demonstra que devido à concentração de capital industrial, modifica-se a finalidade originária do capital bancário, de intermediário de pagamentos para sócio do capital industrial, através da posse do maior conjunto de ações das grandes indústrias<sup>11</sup> e da participação de seus diretores nos conselhos de administração dessas indústrias. A esse novo capital – união de capital bancário e capital industrial -, Lênin dá o nome de *capital financeiro*, descrevendo algumas das dinâmicas que tornaram possível sua emergência histórica. Uma delas foi a combinação, assim descrita:

(...) reunião numa só empresa de diferentes ramos da indústria, que ou representam fases sucessivas da elaboração de uma matéria-prima (por exemplo, a fundição do minério de ferro, a transformação do ferro fundido em aço e, em certos casos, a produção de determinados artigos de aço) ou desempenham um papel auxiliar uns em relação aos outros (por exemplo, a utilização dos resíduos ou dos produtos secundários, a produção de embalagens, etc.). (LÊNIN, 2017, s.p., grifos nossos)

A concentração de capital mobiliza a economia de forma monopolizada por grandes grupos que se organizam em cartéis para defesa de seus interesses, essencialmente a partilha do mercado para exportação de seus capitais (superando a fase da exportação de mercadorias). Nessa direção, a união pessoal com o Estado tem um papel central ao “facilitar empréstimos” (IDEM.), realizar grandes encomendas (IBIDEM) e afiançar a competição de nível elevado, como ocorria na indústria petrolífera alemã do início do século XX, em luta contra o monopólio americano<sup>12</sup>.

A exportação de capitais, e não apenas a exportação de mercadorias, inaugura também uma nova fase política do capitalismo, fase de conflitos mundiais, já que toda a terra se encontra partilhada entre potências, característica que eleva a violência da concorrência. Lênin afirma:

Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações

monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido. (LÊNIN, [1917], 1975, p.108, grifos nossos)

O mundo já havia sido dividido no século XX e a guerra imperialista eclodiu como resultado de um processo social que já era antevisto por Marx e Engels<sup>13</sup>, permitindo a Lênin compreender e relacionar de modo científico – materialista e histórico – a política, bélica ou pacífica, à economia.

Sua contribuição, desenvolvida como teoria e método fundamental para analisar o terreno de diferentes lutas com que se viram confrontados diversos estratos da classe trabalhadora envolvidos na grande guerra, permitiu que se posicionasse de uma perspectiva revolucionária no campo político daquela conjuntura revolucionária.

Entendemos que a estrutura econômica do imperialismo – certamente que com novas potências no cenário como a China, a Índia e também o Brasil – é essencialmente atual. A despeito de vivermos uma conjuntura contrarrevolucionária, em que por um lado, o conflito de potências se dá menos no campo bélico do que no diplomático e que, por outro, as exigências de organização da potência entre as potências – o proletariado mundial – são diferentes do contexto da guerra, consideramos vital a lição social e política de Lênin de denúncia do oportunismo no movimento operário, que encontra terreno mais fértil em tempos de paz do que de guerra, e nos serve também para problematizar interpretações sobre educação e emancipação, em especial aquelas que se reivindicando marxistas se inscrevem no arco da tese stalinista de “construção do socialismo em um só país”. A vigência de um novo impulso reformista da educação brasileira, em curso, é um bom caso para expormos nossas análises e contribuições.

### ***Recente política da educação básica brasileira: domínio de monopólios brasileiros.***

Atrevo-me a acalentar a esperança de que a minha brochura ajudará à compreensão de um problema econômico fundamental, sem cujo estudo é impossível compreender seja o que for e formar um juízo sobre a guerra e a política atuais: refiro-me ao problema da essência econômica do imperialismo. (LÊNIN, [1917], 1975, p.20, grifos nossos)

No arco da redemocratização brasileira, entendemos o ano de 2006 como marco importante de uma direção mais coesa da grande burguesia brasileira para reformas educacionais, através da formação do conglomerado empresarial Todos Pela Educação (TPE). Já em 2007, alcançou o feito de cravar seu nome num Plano de Metas, decretado por Lula da Silva<sup>14</sup>, que expressou objetivos do grupo dedicado a reformar a educação básica e a escola pública nacional. Até hoje, o TPE, associação de grupos empresariais, não interrompeu sua mobilização para a educação pública.

A tendência de uma dinâmica reformista ampla ter efeitos concretos em escolas recentemente foi revigorada através de Resolução que institui uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>15</sup>. Até o momento, a BNCC homologada se destina à educação infantil e ao ensino fundamental, a escolas públicas e privadas, através de uma parametrização curricular, bastante mais estreita e específica que versões anteriores, que pretende ser associada “(...) à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno

desenvolvimento da educação”. (BRASIL, 2017, p.8) O desafio de reformar a educação básica brasileira é considerável num país de dimensões continentais, marcado por desigualdades e diversidades significativas, e inclui, além da já realizada definição da BNCC da educação infantil e ensino fundamental, sua conclusão e também implantação no ensino médio que, prevista na primeira e segunda versões, está tramitando no CNE.

Não há garantias de que esses desafios se cumpram; de todo modo, entendemos que a homologação da BNCC em dezembro de 2017 pelo MEC resultou de dinâmicas com centralização política eficiente, que exigiram relações de força com uma capacidade econômica proporcional, num cenário bastante adverso: grave crise econômica e crises correspondentes, no plano político e institucional.

A recente homologação da BNCC demonstra a capacidade de articulação e empenho, desde 2013, de um novo conglomerado de forças econômicas para a educação – o Movimento pela Base (MPB) – que inclui, mas transcende o Todos Pela Educação, e é composto por grupos monopolistas de capital financeiro, frações da grande burguesia brasileira. Naturalmente, os interesses desses monopólios são parte da dinâmica do imperialismo, fase superior do capitalismo; seus objetivos, como fração dominante da jovem potência imperialista brasileira são, tal como outras potências e conglomerados de outros países, participar da partilha do mercado interno e do mercado mundial, para o que reformas educacionais, além de outras, são vitais.

Nossa análise sobre a relação entre capital financeiro e educação e sobre como essa relação atesta o domínio de monopólios brasileiros sobre a atual política da educação básica brasileira se realizou no decurso da construção da BNCC<sup>16</sup>, quando nos detivemos com mais atenção no MPB, que a centralizou. Em nossa exposição, evidenciamos que além desse Movimento se constituir por organizações direta ou indiretamente vinculadas a monopólios nacionais, se realiza de forma idêntica àquela descrita por Lênin para a ação de grupos monopolistas – claramente através da “união pessoal com o Estado”. (ANDRADE, NEVES, PICCININI, 2017)

### *Associação de monopólios brasileiros para a educação em nível nacional*

As associações de monopolistas capitalistas - cartéis, sindicatos, trusts – partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do país. Mas sob o capitalismo o mercado interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo. (LÊNIN, [1917], 1975, p.85).

A análise da composição do “apoio institucional” do MPB ilustra que seu protagonismo resulta, sem dúvida, de monopólios, com parte considerável do capital financeiro brasileiro. Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Instituto Unibanco, Instituto Natura, Instituto Inspirare, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e os grupos econômicos que representam, são, em nosso entendimento, os *agentes políticos dominantes do MPB*<sup>17</sup>. Certamente, os interesses mais pragmáticos de cada grupo são diversos e correspondentes a setores e ramos em que mais atuam, mas entendemos que partilham da necessidade comum de alavancar a educação brasileira para o desenvolvimento econômico. Essa aposta se apresenta com perspectivas idealistas que se encontram tão enraizadas no senso comum que subsistem também, em

alguma medida, no campo acadêmico da educação – de que “educação é chave do progresso social”, “transforma a realidade social” –, meias verdades como toda ideologia. Por essa via, propagandeiam a defesa de “melhoria da qualidade da educação” e “equidade” como solução de muitos males sociais, o que é em parte um cimento ideológico que dá coesão para, entre outras reformas educacionais, essa reforma curricular. O MPB é uma expressão dessa dinâmica – dinâmica ideológica de classe dominante – e dele participam também outros agentes.

Além dos *agentes políticos dominantes do MPB*, há alguns descritos sob a rubrica de “pessoas” que de fato não são indivíduos, mas representantes de instituições, por vezes mais de uma, que os qualificam e direcionam a interesses mais específicos. Há também *agentes de Estado* – Consed e Undime –, estruturas que agregam secretarias de educação estaduais e municipais. Constam também organizações do “terceiro setor” que têm acumulado expertise pedagógica, que denominamos *agentes político-pedagógicos* – ABAVE (Associação Brasileira de Avaliação Educacional), Comunidade Educativa CEDAC e CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), prestadoras de consultoria e assessoria pedagógica a secretarias de educação.

Nossa análise inicia com as fundações empresariais e tem a finalidade de evidenciar sua relação com monopólios brasileiros. Adiante tratamos das relações desses agentes com o Estado, quando demonstramos que a relação entre frações burguesas para formação e manutenção dos monopólios se dá através “da união pessoal com o Estado”.

A potência econômica dos grupos que se vinculam às fundações é, em geral, bem conhecida: Fundação Lemann é vinculada ao empresário Jorge Paulo Lemann, fundador da GP Investimentos e um dos sócios da 3G Capital, proprietária de ABInbev, maior empresa de cerveja do mundo, de Kraft Heinz, Lojas Americanas, entre outros negócios; Fundação Roberto Marinho, do Grupo Globo, é o maior grupo de mídia do Brasil e da América Latina; Instituto Unibanco é presidido por Pedro Moreira Salles, um dos irmãos da família que detém o comando do Itaú Unibanco, fusão bancária anunciada como constituição do “maior conglomerado financeiro do hemisfério sul”<sup>18</sup>; Instituto Natura, cujo financiamento majoritário devém do Grupo Natura e que recentemente adquiriu empresa da L’Oreal, líder global de cosméticos; Instituto Inspirare, “mantido integralmente com recursos da família Gradin”<sup>19</sup>, detém 20% de Odebrecht<sup>20</sup>, monopólio bem conhecido de noticiários econômicos, políticos e policiais. A partir de 2016, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal é outra fundação empresarial que figura como apoiadora institucional do MPB; de seu “comitê de investimentos”<sup>21</sup> fazem parte familiares da União Vidigal de Participações Ltda. e UV Gestora de Ativos Ltda.

Figuram ainda mais dois apoiadores institucionais que indiretamente se vinculam a grupos econômicos – Instituto Ayrton Senna e Todos Pela Educação – e que devem sua existência ao patrocínio de parte da grande burguesia brasileira. Entre os *mantenedores e parceiros apoiadores* do Todos Pela Educação<sup>22</sup>, apenas o Instituto Inspirare, dentre os demais apoiadores do MPB, não consta como mantenedor; o TPE tem entretanto apoio de outras fundações empresarias, grupos, empresas – Rede Globo, Itaú Social, DPaschoal, Bradesco, Fundação Telefonica (Telefonica/Vivo), Gerdau, Itaú BBA, Suzano Papel e Celulose, Instituto Peninsula, Gol, Instituto Votorantim, seus *mantenedores*; Grupo ABC,



DM9DDB, Fundação Victor Civitta, Editora Moderna, Fundação Santillana, Friends, McKinsey Company, Instituto Paulo Montenegro, Canal Futura, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Patri, Luzio Strategy Group, Itaú Cultural e Instituto Rodrigo Mendes, seus *parceiros*.

O Instituto Ayrton Senna<sup>23</sup> é a fundação que abrange um arco mais amplo de empresas que, ao que o tamanho da marca no seu sítio oficial indica, diferenciam-se na dimensão de seu apoio. A participação com as maiores marcas inclui monopólios como Itaú, Itaúcard, Procter&Gamble e também LIDE (Grupo de Líderes Empresariais) que não é um monopólio, mas associação de monopolistas, dirigida por “representantes de grandes corporações, ex-ministros de Estado e especialistas em diversas áreas de atuação”<sup>24</sup>.

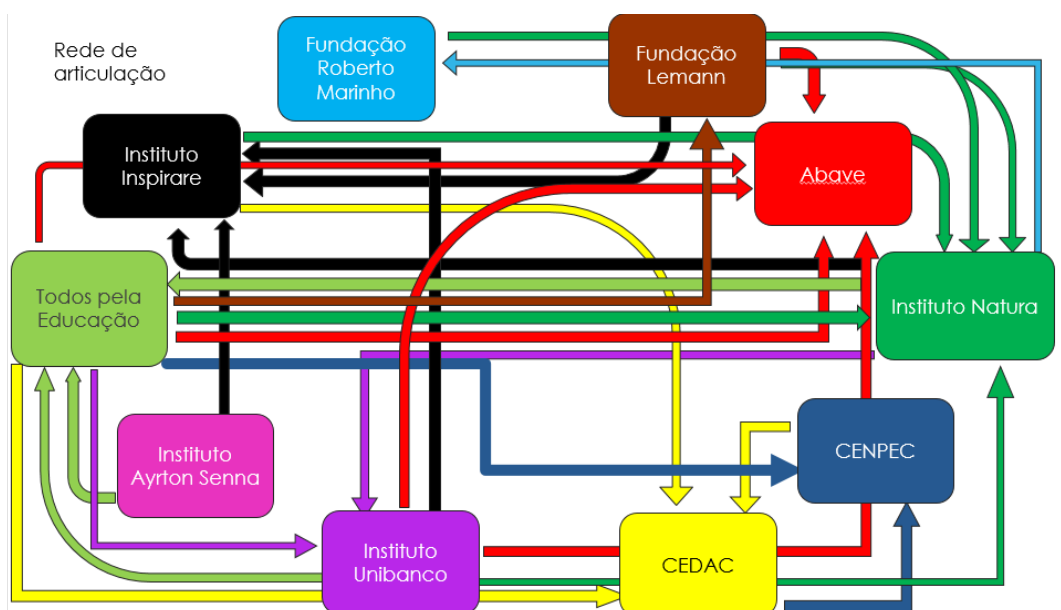
As fundações, empresas e monopólios têm atuado de modo individualizado em outras iniciativas educacionais mais focalizadas, imprimindo em sua atuação educacional ou ao modo de realizá-la, aspectos mais afeitos ao negócio ou à história da família proprietária. São exemplares bastante evidentes dessas características a Fundação Roberto Marinho e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Bem mais conhecida, a Fundação Roberto Marinho produz teleeducação desde a década de 1970 e transporta para a atuação educacional o componente midiático, típico da atividade dominante do Grupo Globo<sup>25</sup>. A Fundação Maria Cecília Souto Vidigal credita sua existência e atuação dirigida inicialmente a pesquisas sobre leucemia na infância, causa do falecimento aos 13 anos da “primogênita do casal” Maria Cecília Souto Vidigal e Gastão Eduardo, filho do patriarca Gastão Vidigal, dono do antigo Banco Mercantil de São Paulo. O escopo da atuação da Fundação vai progressivamente se ampliando, e passa da hematologia e hematoterapia ao incentivo e desenvolvimento de projetos “que levam a campo iniciativas para o fortalecimento do desenvolvimento integral da criança, fomentando pesquisa e inovações em termos de monitoramento e avaliação”<sup>26</sup>.

Ao mesmo tempo em que desenvolvem iniciativas mais individualizadas, realizam ações em associação com outras fundações. As próprias Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e Fundação Roberto Marinho, por exemplo, em 2011, exibem no Canal Futura uma série audiovisual produzida conjuntamente sobre os “cinco conceitos científicos que mostram como os primeiros anos de vida são decisivos na formação do ser humano”<sup>27</sup>. O próprio Canal Futura é demonstração típica da destinação da expertise de comunicação do Grupo Globo com fins educacionais, e mais, que sua atuação se dá em associação a grupos empresariais.

Nosso modelo está baseado no investimento social privado e é sustentado pela receita composta pelas contribuições de parceiros mantenedores e parceiros apoiadores de projetos especiais. Estes parceiros, líderes em suas áreas de atuação, investem recursos financeiros anualmente para viabilizar a operação do Futura. Em reconhecimento ao investimento feito é desenvolvido com cada um deles um conjunto de contrapartidas, atendendo a interesses específicos, como produção e curadoria de conteúdo, mobilização entre instituições com objetivos em comum; visibilidade institucional em plataformas e veículos do Grupo Globo e divulgação de projetos (...). Já no caso de parceiros apoiadores de projetos especiais, o formato de relacionamento fica circunscrito a uma ação específica ou de produção de conteúdo audiovisual, em que os parceiros contribuem com um aporte financeiro e participam de todas as etapas de desenvolvimento e implementação do projeto, sob a gestão direta pelas equipes do Futura.<sup>28</sup>

Por aí, se vê que a articulação do MPB não é o primeiro movimento de associação para fins de educação entre as fundações de monopólios que integram esse Movimento, o que pode ser atestado no cruzamento de parcerias técnicas ou financeiras através do exame de alguns relatórios e informativos das fundações monopolistas. Se através da associação de duas fundações, se ampliam iniciativas, para alcançar o ambicioso objetivo de especificar e homogeneizar o currículo da educação básica em nível nacional foi necessário consolidar uma organização bastante mais profunda, extensa e complexa. O MPB busca cumprir essa finalidade e o mapeamento de interações dos agentes políticos dominantes do MPB e dos agentes pedagógicos por (ANDRADE, NEVES, PICCININI, 2017), denominada rede de articulação, ilustra que há associações em várias direções.

Figura 1 – Como se articulam as 10 principais instituições componentes do MPB.



Autoria: ANDRADE, M.C.P.de, em dez. 2016.

O MPB resulta dessa necessidade, sendo uma associação de monopolistas que, provavelmente pela primeira vez, se unem para construção de uma reforma educacional bem mais abrangente que iniciativas isoladas, com a finalidade de pavimentar múltiplas necessidades educacionais da grande burguesia brasileira na sua projeção de potência; a BNCC, nos níveis da educação infantil e ensino fundamental, é a primeira expressão desse consórcio.

É certo que entre os múltiplos agentes do MPB, há atividades diferenciadas e nossa investigação possibilitou identificar também, a partir de exame de relatórios das fundações monopolistas, uma abrangência maior ou menor entre os próprios agentes políticos dominantes do MPB. Como exemplo, a Fundação Lemann desenvolveu uma atuação muito mais ampla que a Fundação Vidigal. Em seu relatório de 2016 consta:

Em 2016, nossa atuação como *secretaria executiva do Movimento pela Base Nacional Comum* ajudou a articular 78 pessoas e organizações comprometidas com a garantia de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de qualidade e de altas expectativas sobre o que todos os alunos têm o direito de aprender. Este compromisso e trabalho intenso

foram fundamentais para assegurar a *construção de uma política pública de Estado e não de governo, mesmo no contexto político instável que marcou o país.*

Ajudamos a mobilizar professores, gestores e especialistas em educação na consulta pública sobre a Base. O processo online foi concluído no primeiro trimestre de 2016, com 12 milhões de contribuições de mais de 300 mil participantes.

Após o lançamento da segunda versão da Base, em maio de 2016, *coordenamos 16 leituras críticas realizadas tanto por especialistas técnicos quanto alunos, professores e gestores educacionais nas cinco regiões do país.*

As contribuições dos 27 seminários estaduais sobre a Base, realizados por Undime e Consed, foram sistematizadas e geraram um relatório *entregue ao MEC*, considerando a produção da versão final da Base. (FUNDAÇÃO LEMANN, 2018, s.p., grifos nossos)

As ações desempenhadas pela Fundação Lemann que incluem a secretaria executiva do MPB, mobilização para a consulta pública, coordenação de leituras críticas nas diferentes regiões (entre a 1ª e 2ª versões da BNCC) e sistematização de contribuições para produção de versão da BNCC ao Ministério da Educação (que a encaminha ao CNE), dentre outras ações, sugerem seu protagonismo no MPB. A Fundação Vidigal divulga uma atuação mais restrita em relação à BNCC: se voltou à educação infantil, sua “missão”, com “análise e comparação de políticas curriculares em oito países que são referência no tema: Chile, Escócia, França, Nova Zelândia, Canadá, Portugal, Suécia e Singapura”, subsidiárias da “revisão da segunda versão do texto sobre educação infantil para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”<sup>29</sup>.

Há certamente mobilização diferenciada dos *agentes políticos dominantes do MPB*, o que não significa que não mobilize o interesse de todos os envolvidos e mesmo além, de outras frações burguesas que não participam desse Movimento, uma vez que esse investimento se destina no seu vértice final – ensino médio – a qualificar força de trabalho, motriz de expansão e complexificação da produção, um objetivo não exclusivo das fundações monopolistas do MPB.

O MPB é, de fato, uma associação de monopolistas com atuação diferenciada em educação, para a qual se considera o porte dos grupos econômicos e também a expertise técnica que comportam, mas também suas *esferas de influência*<sup>30</sup> que se estabelecem entre outros aspectos menos visíveis. É uma associação de parte da grande burguesia brasileira que, em nosso entendimento, se encontra decifrada no conceito de “associação de monopolistas” que Lênin descreve como processo social típico da fase imperialista do capitalismo. Esse conceito inscrito no seu arcabouço teórico geral alude à ação de monopólios na esfera da produção, para o mercado interno e o mercado externo, e também na esfera política, através do Estado, pois na relação com o Estado estende seu domínio a tudo que concorre para sua hegemonia política – tributação e repressão – e a educação escolar não escapa desse circuito.

A “união pessoal [dos monopólios] com o Estado”, outro conceito chave para a análise sobre imperialismo de Lênin, foi fundamental para ver como essa relação atravessa o MPB, mas, sabemos, nem de longe significa uma novidade em reformas educacionais ou outras reformas sociais, pois expressa a relação já descrita cientificamente por Marx e Engels, em 1848, no Manifesto do Partido Comunista através da formulação: “o governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. No âmbito deste artigo, analisamos como essa relação se expressa para construção da BNCC.

### *Da “união pessoal com o Estado”*

A associação de monopólios com estruturas de Estado para fins educacionais não é um fenômeno hodierno ou restrito a BNCC. A formação de “esferas de influência” é típica, por exemplo, da organização Todos Pela Educação, expoente ideológico do empresariado para a educação pública, um dos apoiadores do MPB, que há tempos se articula com a burocracia estatal através de figuras de distintos campos ideológicos que abrangem desde DEM, a PSDB e PT. A atual Secretária Executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, membro do “Parceiros da Educação”, participou em 2011 da elaboração do “Programa Educação – Compromisso de São Paulo”, do PSDB. Segundo Freitas (2016), o programa, “financiado por meia dúzia de fundações articuladas em torno de Jair Ribeiro do Banco Indusval & Partners”, repete um receituário do estado de Pernambuco, de quando foi governante Mendonça Filho (DEM), atual Ministro da Educação. Como antes expusemos, o mesmo Todos Pela Educação cunhou seu nome em um plano de metas educacionais nacionais em 2007, início do segundo mandato presidencial de Lula da Silva, alçado por coalizão governista encabeçada pelo PT.

Não é diferente com o MPB. Na sua descrição oficial, consta que sua atuação se dá desde 2013, ano em que vigorava no executivo federal uma direção política de centro-esquerda, encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores.

O Movimento pela Base Nacional Comum é um grupo não governamental de profissionais da educação que desde 2013 atua para facilitar a construção de uma Base de qualidade. O grupo promove debates, produz estudos e pesquisas com gestores, professores e alunos e investiga casos de sucesso em vários países<sup>31</sup>.

A “união pessoal com Estados”, no caso do MPB, é facilmente identificada através da sua composição que também agrega Consed e Undime, caracterizadas por nós como *agentes de Estado*. Atesta também essa união o exame de notícias e trajetórias de “pessoas” integrantes do Movimento que têm passagem por postos de Estado. A partir de informações atualizadas do próprio MPB<sup>32</sup>, entre as 63 pessoas qualificadas como pessoas apoiadoras do MPB, 34 ocupam ou já ocuparam posições em diferentes estruturas de Estado, compreendendo Governo de Estado; altos escalões do MEC; comando em 12 diferentes Secretarias de Estado e municipais no Sudeste, Sul e Nordeste; Conselho Nacional da Educação, Conselhos Estaduais de Educação (São Paulo e Goiás); Câmara dos Deputados, com 3 parlamentares; CAPES e as Universidades públicas USP e UFMG, além dos Presidentes do Consed e da Undime.

Todos colocam seus postos à disposição do MPB, o que não significa que seja a primeira vez que interajam no campo educacional em associação com monopólios do MPB.

Uma figura notória que nos parece bastante sintética da “união pessoal [de monopólios] com o Estado” é Eduardo Deschamps (PSD-SC) que em 2016 figurava qualificado como Presidente do Consed e pessoa do MPB, já então Secretário de Estado de Educação de Santa Catarina. Nomeado Conselheiro do CNE por Dilma Rousseff é alçado em 6 de outubro de 2016 a Presidente deste Conselho, por Mendonça Filho, Ministro da Educação de Michel Temer. Desde aí se afasta do Consed, quando provavelmente sua distinção como “pessoa” do MPB é retirada do sítio do Movimento, o que de forma alguma significa que

se afaste do MPB. Ao contrário, discursa em sua posse que presidirá o CNE com prioridade de pauta para a reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>33</sup>. Através da descrição do sítio do próprio CNE, se constata sua relação, no campo da educação ao menos, com o capital financeiro, com os monopólios do próprio MPB – “membro do Conselho Consultivo do EduLab 21, do Instituto Ayrton Senna”; do “Conselho de Administração do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB)”, iniciativa do Instituto Natura; e “Membro do Conselho de Administração da Rede Nacional de Ciência para a Educação (Rede CPE)<sup>34</sup>”, organização de 2016 que congrega professores universitários<sup>35</sup> e fundações empresariais - Instituto Ayrton Senna e o Instituto D’Or de Pesquisa e Ensino -, além da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII)<sup>36</sup> e o Museu do Amanhã.

O Conselheiro não é o único agente de Estado que já desenvolvia iniciativas educacionais com aporte de fundações empresariais. Ainda em 2013, André Duarte Stábile, subsecretário de educação de São Caetano do Sul, elencou como parte da perspectiva de figurar “entre as 40 cidades brasileiras com os melhores Idebs até 2015”, “a parceria com a Fundação Lemann, que disponibilizou vídeo-aulas e exercícios online para reforço em Matemática para alunos do 3º ao 5º ano em sete escolas”<sup>37</sup>.

Como se vê, a união pessoal com o Estado, de monopólios do MPB com agentes de Estado específicos do próprio MPB, já vem se dando há algum tempo no campo da educação básica e se dá diretamente através de pessoas que ocupam postos-chaves principalmente no executivo – em secretarias de estado, sobretudo – mas também de forma indireta – através dos *agentes pedagógicos do MPB* que têm relações com grupos econômicos de peso e também com Undime e Consed. A Comunidade Educativa CEDAC, por exemplo, tem como parceiros fundações de monopólios brasileiros como o Instituto Votorantim e o Instituto InterCement, grupo que devém da Camargo Corrêa e se apresenta como “Empresa brasileira de capital privado, (...) líder nos mercados de cimento de Portugal, Argentina, Moçambique e Cabo Verde, vice-líder nos mercados brasileiro e paraguaio, além de ter relevante atuação na África do Sul e no Egito”<sup>38</sup>. CEDAC “trabalha em parceria com governos e com empresas e fundações”, desenvolvendo assessoria pedagógica em redes ou escolas municipais, demonstrando que a instituição, em sua atividade, associa indiretamente governos e grandes monopólios<sup>39</sup>.

De seu Conselho Diretor participam figuras que transitam de modo regular entre o âmbito público e privado. Mozart Ramos ocupou importantes postos governamentais no âmbito da educação como Reitor da Universidade Federal do Pernambuco (1996-1999 e 2000-2003), Secretário de Educação de Pernambuco (2003-2006), Presidente do Consed (2006) e membro do Conselho Nacional de Educação entre 2005 e 2014; no âmbito privado, foi Presidente Executivo do TPE (2007-2010) e atualmente é Diretor de Articulação e Inovação do IAS<sup>40</sup>. Cleuza Repulho, “pessoa” que compõe o MPB, é também um dos membros do Conselho do CEDAC, ex-presidente da Undime, Secretária de Educação em São Bernardo do Campo desde 2008, Diretora de Fortalecimento Institucional e Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica do MEC, em 2008 e Secretária de Educação em Santo André-SP, entre 2001 e 2007<sup>41</sup>.

Um padrão bastante semelhante é desenvolvido por CENPEC, com seu Conselho Administrativo encabeçado por Maria Alice Setubal, da família Setubal, originária do Grupo Itaú, que

presta serviços a prefeituras e secretarias estaduais de educação<sup>42</sup>. Importante afirmar que, a partir de informações da ABAVE, não conseguimos identificar o mesmo padrão de assessoramento a prefeituras e estados<sup>43</sup>, porém é inegável que *agentes político-pedagógicos* do MPB já dinamizam alguma associação entre monopólios e estruturas de Estado, mas deve-se reconhecer que seus desempenhos são insuficientes, pois referem-se a escala regional, inadequada para uma reforma educacional como a dinamizada pelo MPB, de alcance nacional. Nesse sentido, os *agentes pedagógicos* são também vias de acesso dos monopólios a estruturas de Estado, mas pensamos que não sejam centrais nem privilegiados, pois a definição e implantação da BNCC carece de mobilização social ampla e tem reflexos em orientações normativas gerais. Essa dimensão nacional é o que, em nosso entender, pode explicar que Consed, Undime, “pessoas” do legislativo e do executivo federal e estadual figurem ao lado das fundações de monopolistas como apoiadores do MPB.

Consed, Undime, CNE e MEC foram fundamentais para a capilarização social e legitimação do MPB em diferentes fases. O MEC, segundo o então Ministro da Educação Renato Janine Ribeiro, investe na “montagem” da Base que redundou na primeira versão, a partir da instalação da “Comissão de Especialistas para a Elaboração da Proposta da Base Nacional Comum Curricular”, em junho de 2015, com participação de profissionais indicados pelo Consed e Undime<sup>44</sup> e divulga a segunda versão da BNCC, em abril de 2016, quando ainda constava o ensino médio como parte da BNCC. O Ministério, então com Aloizio Mercadante, cumpre outras finalidades: como propagandista da necessidade de reforma curricular, legitimando a mobilização de setores sociais – parte da academia, através de demanda de pareceres por especialistas – e da sociedade mais amplamente, através de plataforma eletrônica onde, por algum tempo, se podia enviar sugestões que se noticiaram como da ordem de mais de 12 milhões<sup>45</sup>.

Entre junho a agosto a 2016, na interinidade de Michel Temer na Presidência, a construção da BNCC se agiliza: Consed e Undime se visibilizam com a promoção de Seminários Estaduais em 27 unidades da federação; Michel Temer refaz a composição do CNE, revogando conselheiros nomeados por Dilma Rousseff<sup>46</sup>; Mendonça Filho, primeiro Ministro de Educação de Temer, cria Comitê Gestor da Base Nacional Comum Curricular e Reforma do Ensino Médio<sup>47</sup>, através de portaria, de número 790, em data anterior ao impeachment de Dilma Rousseff – 27 de julho de 2016. Esse comitê passa a funcionar e formalmente a dinamizar a BNCC, na sombra de um Projeto de Lei, de nº. 4.486, que sugere que a BNCC seja tornada Lei, significando a necessidade de ser aprovada pelo Congresso Nacional<sup>48</sup>. Com Michel Temer definitivamente empossado Presidente, o ritmo da BNCC desacelera, com um intervalo de oito meses para divulgação da terceira versão, em abril de 2017, o que não significa paralisia total da dinâmica reformista, pois desde setembro de 2016, o ensino médio passou a ser objeto de Medida Provisória, tornada Lei 13.415/2017, em fevereiro de 2017, a qual define uma nova estrutura curricular para o ensino médio, com “diferentes arranjos curriculares”, compostos por uma combinação relativamente livre de “itinerários formativos”<sup>49</sup> – “línguas e suas tecnologias”; “matemática e suas tecnologias”; “ciências da natureza e suas tecnologias”; “ciências humanas e sociais aplicadas” e “formação técnica e profissional”. A Lei sugere que a parametrização curricular do ensino médio pela BNCC seja interrompida, o que de fato ocorre, uma vez que na terceira versão da BNCC – de abril de 2017 – não consta o ensino médio.

No mesmo mês, em notícias do MPB, o MEC aparece como a entidade que sintetizou contribuições anteriores para a terceira versão encaminhada ao CNE<sup>50</sup>, em 06 de abril de 2017. Na fase final da BNCC, o CNE, conselho do MEC, respondeu por construir o documento síntese, através da realização de audiências públicas regionais<sup>51</sup> e de encontros camerais que não se deram sem públicas tensões internas e, supomos, movimentos para além dos âmbitos do meio político educacional. Coube ao MEC legitimar todo esse processo, homologando em dezembro de 2017, a Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017, pelo Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação.

É digna de registro a impressionante capacidade de organização e mobilização do MPB para definição da BNCC: atravessou uma crise econômica profunda, crise judiciária que inclusive envolve agentes do próprio MPB<sup>52</sup>, crise política aguda que terminou com ruptura da coalizão governista PT-PMDB em 2015 e impeachment presidencial em 2016 – acarretando sucessivas mudanças de comando no Ministério da Educação<sup>53</sup> – e com formação de nova coalizão, de centro-direita. Não temos dúvidas que a BNCC do ensino fundamental e da educação infantil é já um êxito parcial do MPB, que se deve acompanhar de sua implantação, ou implementação, conforme jargão do MPB, objeto que merece atenção e mobilização pelo MPB mesmo antes da divulgação da versão definitiva da BNCC – homologada em 20 de dezembro de 2017 – e que prossegue com a perspectiva de que o MEC apoie financeiramente escolas que se mobilizem para a reforma<sup>54</sup>; e com a sinalização de que uma polêmica reforma do ensino médio, mesmo no interior do próprio MPB, tende a avançar.

Do nosso ponto de vista, todo o empreendimento do MPB mostra, na perspectiva de classe dominada, a negação da reivindicação da possibilidade de uma atuação emancipadora marxista através da educação escolar em geral e da educação pública em particular. Ao fim, a conclusão mais geral que alcançamos – sobre o estado como domínio da classe dominante – já estava bem assinalada nos primórdios do marxismo, e nossa trajetória prática e teórica no campo da educação pública somente vem a confirmar a necessidade de uma reflexão profunda sobre a complexa natureza do estado nas sociedades de classes, necessidade que pensamos ser de todo marxista empenhado a compreender a educação escolar, como fenômeno social e histórico<sup>55</sup>.

### *Considerações finais*

Como inicialmente afirmamos, nossa investigação sobre educação, a partir do marxismo, não é recente; remonta a uma experiência de luta para qualificar uma iniciativa de formação de pedagogos, dinamizando-a por uma proposta curricular fundada numa compreensão marxista sobre educação. Assim, o artigo tem uma linha de continuidade, não linear, com nossa trajetória política mais geral e no campo da educação no qual nos envolvemos em meados da década de 2000 e que então buscava desenvolver uma experiência coletiva de formação de professores em instituição pública, ancorada na possibilidade de construção de um projeto pedagógico crítico e emancipatório, no sentido marxista do termo.

No curso da luta prática, buscávamos ao mesmo tempo uma compreensão teórica sobre marxismo e sobre relações entre marxismo e educação, e a derrota da experiência, pedagógica para nossa

formação e luta, nos levou a aprofundar reflexões e a assumir uma direção autocrítica das teses que sustentavam nossa aposta, além de passarmos a ter conhecimento de teses reivindicadas como marxistas que nos levaram a reconhecer que nossas apostas se fundamentavam numa compreensão, no mínimo, não consensual do que o marxismo teria a dizer sobre educação (HANDFAS, 2006; PORTUGAL, 2008). Esse movimento nos conduziu à imersão em textos primordiais de Marx e de Engels, com a finalidade de compreender questões centrais para o marxismo, como classe social, (PICCININI, NEVES, 2013) elementares para as teses nas quais firmávamos nossas posições iniciais. Levou-nos também a nos aproximarmos de teorias e experiências internacionalistas proletárias, especialmente aquela inscrita na restauração, desde meados da década de 1960, do máximo ponto histórico da luta revolucionária do movimento operário – o bolchevismo como síntese teórico-prática do marxismo (LA BARBERA, 2017). Desde aí, passamos a entender Estado como forma histórica de organização política das sociedades mercantis e capitalistas, na qual se exerce a função precípua de equilibrar interesses inconciliáveis tanto de classes antagônicas – os capitalistas e os trabalhadores – quanto de frações burguesas de diferentes portes, do campo ou da cidade. Esta conclusão nos levou a abandonar a ilusão e a ideologia de que a escola do Estado (que em amplo sentido, inclui universidades) pode ensejar uma perspectiva teórico-prática emancipadora, revolucionária no sentido marxista do termo. Consideramos que esta ilusão equivale à posição *kautskista* de abandono das lutas da classe trabalhadora pela via revolucionária em favor de uma via democrática reformista, supostamente pacífica, uma posição explicitamente criticada por Lênin, no contexto do processo revolucionário de outubro de 1917.

O movimento proletário revolucionário em geral e o movimento comunista em particular, que crescem em todo o mundo, não podem dispensar a análise e o desmascaramento dos erros teóricos do “kautskismo”. Isto é tanto mais necessário quanto o pacifismo e a “democracia” em geral - que não têm as mínimas pretensões de marxismo, mas que, exatamente como Kautsky & Companhia, dissimulam a profundidade das contradições do imperialismo e a inelutabilidade da crise revolucionária que este engendra – *são correntes que ainda se encontram extraordinariamente espalhadas em todo o mundo*. A luta contra tais tendências é obrigatória para o partido do proletariado, que deve arrancar à burguesia os pequenos proprietários que ela engana e os milhões de trabalhadores cujas condições de vida são mais ou menos pequeno-burguesas. (LÊNIN, [1917], 1975, Prefácio às edições francesa e alemã, p.24, *grifos nossos*)

Tais correntes se espalharam no campo acadêmico brasileiro e tomaram força com a ideologia social imperialista, ideologia de conciliação de classes que na década de 2000 se expressou preponderantemente no *lulismo*, uma das correntes políticas mais vigorosas no período inicial da emergência do Brasil como potência imperialista, no arco da alavancagem do capitalismo na Ásia. Nossa investigação mostra que o MPB atravessa campos ideológicos da centro-esquerda e da centro-direita, o que não significa que as coalizões políticas que sustentaram os governos de Dilma Roussef e de Michel Temer, por onde tramitou a reforma, sejam idênticas. De toda forma, a dinâmica da reforma mostra como condição inescapável que, em linha geral, qualquer coalizão que aspire dirigir o poder executivo necessita corresponder a anseios da grande burguesia brasileira, inclusive no campo educacional. Mostra também que reformas educacionais e também reformas econômicas e políticas brasileiras não significam um mero ato de vontade política; buscam corresponder à necessidade principalmente de sua burguesia, que tem



necessidades próprias, para se adaptar a uma nova fase da dinâmica imperialista em que a Ásia ascende econômica, política e militarmente no plano internacional, ao mesmo tempo em que relativamente declinam e vacilam os imperialismos maduros dos Estados Unidos e da Europa. Nessa direção, a projeção de potência da classe dominante brasileira se reflete inevitavelmente num amplo espectro ideológico educacional e pedagógico, alguns identificados com o lulismo e com denominação de marxistas, uma incoerência total.

Nossa autocrítica e crítica não sugere o abandono do marxismo como referência teórica e prática de luta emancipatória da classe trabalhadora; muito ao contrário. O marxismo não emergiu como consequência teórica e prática da mais avançada instituição educacional burguesa; não a desprezou, entretanto, mas dela colheu teorias de alguns de seus ideólogos mais avançados para demonstrar sua validade e seus equívocos e mistificações ante a conjuntura de tomada de poderes políticos por burguesias nacionais.

Nossa argumentação contrária à escola burguesa como instrumento de emancipação da classe dominada não sugere uma não ação, nos dirige a perscrutar historicamente que educação e através de qual organização fez prosperar a luta teórica e prática para emancipação da classe trabalhadora. Sendo rigorosas com a história, esta organização é o partido proletário internacionalista cuja construção foi objeto de incansáveis esforços de Marx, de Engels e de Lênin e é renovado através da experiência de Lotta Comunista.

Marx, por ocasião do lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864, registra a brutal contradição entre riqueza e miséria da opulenta burguesia britânica, crescente desde as lutas operárias de 1848 e colossal nos dias atuais quando “de toda a riqueza gerada no mundo em 2017, 82% foi parar nas mãos do 1% mais rico do planeta”, enquanto “a metade mais pobre da população global – 3,7 bilhões de pessoas – não ficou com nada” (PIMENTEL, *et al.*, 2018). Marx mostra as conquistas que o movimento operário obteve enquanto unido em cada país e entre países e publica:

Conquistar poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária. E a classe operária parece ter compreendido isto, pois na Inglaterra, na Alemanha, na Itália e na França têm ocorrido ressurgimentos simultâneos, e esforços simultâneos estão sendo feitos para a reorganização política do partido operário.

Um elemento de êxito os trabalhadores possuem – número; *mas os números só pesam na balança quando unidos pela associação e encabeçados pelo conhecimento.* A experiência passada demonstrou como a negligência desse laço de fraternidade que deve existir entre os operários de diferentes países e incitá-los a manter-se firmemente *unidos em todas as suas lutas pela emancipação será castigada com o fracasso comum de todos os seus esforços isolados.* Este pensamento incitou os operários de diferentes países, reunidos a 28 de setembro de 1864 em ato público realizado em St. Martin's Hall, a fundarem a Associação Internacional.

Outra convicção prevaleceu naquela reunião.

Se a emancipação das classes operárias requer o seu concurso fraterno, como poderão realizar essa grande missão com uma política exterior voltada para objetivos criminosos, *tirando partido dos preconceitos nacionais* e malbaratando o sangue e a riqueza do povo em guerras de pirataria?<sup>26</sup> (MARX, [1864], 2007, p. 103)

Destacando vitórias do proletariado quando internacionalizado e derrotas quando essa força se ausenta, conclui que a “*resistência heroica das classes operárias*” e não a “*sabedoria das classes dominantes*”

Ensinaram às classes operárias o dever de *dominarem elas próprias os mistérios da política internacional, de vigiarem os atos diplomáticos dos seus respectivos Governos*, de os contra-atacarem, se necessário, por todos os meios ao seu dispor, [o dever de], quando incapazes de o impedirem, se juntarem em denúncias simultâneas e de reivindicarem as simples leis da moral e da justiça, que deveriam governar as relações dos indivíduos privados, como as regras supremas do comércio das nações.

*O combate por semelhante política externa faz parte da luta geral pela emancipação das classes operárias.*

Proletários de todos os países, uni-vos!

O ano de 1917 nos legou a mais expressiva lição da unidade internacionalista do movimento operário, e não foi outro senão o partido de Lênin o único destacamento do proletariado, profundamente enraizado na perspectiva marxista do internacionalismo proletário, quem conduziu o operariado e o campesinato russos ao tremendo feito de interromper o massacre de uma guerra mundial.

Consideramos o marxismo um acervo vivo, teórico e prático, da luta da classe trabalhadora que iniciou pela consideração acertada de que as lutas da classe operária em formação em meados do século XIX seriam infrutíferas se não considerassem as razões profundas pelas quais a própria classe vivia situações de degradação social e domínio político. Marx e Engels enfrentaram esse problema teórica e praticamente e lograram desenvolver um método científico que permitiu compreender as razões profundas – históricas e materiais – que explicam a condição de vida da classe operária, ainda em estágio de formação social e organização consciente. Nessa direção, buscaram e conseguiram decifrar a anatomia da formação social econômica do capitalismo como o fundamento do domínio da classe trabalhadora, de forma a demonstrar que esse domínio de classe é constitutivo do capitalismo, não se superando por formas engendradas no desenvolvimento do capitalismo como, por exemplo, a escola moderna ou o Estado burguês, em suas diferentes formas. Do ponto de vista educacional, podemos dizer que deixaram um legado para a classe operária – criar e manter de forma autônoma organizações que liguem as lutas cotidianas de cada extrato da classe trabalhadora em diferentes países à luta internacionalista da classe, consciente da missão histórica que cabe somente à classe, porque nada possui, de acabar com a propriedade privada dos meios da produção social, produção que no imperialismo praticamente se universaliza.

Cabe reconhecer que a classe trabalhadora, dominada na sociedade capitalista, através da escola, é e será sempre educada, prática e ideologicamente, para manter, participar e contribuir para os ciclos desiguais de desenvolvimento, crises e guerras do capitalismo. Essa dinâmica impulsiona sistemas educacionais e inclui sua dimensão curricular, certamente com todas as diferenças econômicas, culturais e políticas que marcam o desenvolvimento desigual das sociedades capitalistas nacionais. Por essa dinâmica, crianças e jovens, futuras gerações de trabalhadores, devem aprender, através da educação escolar, ao mesmo tempo, aquilo que interessa às mais distintas frações da classe burguesa e, em geral, a naturalizar a civilização das mercadorias e a não encontrar solução histórica para o desfile de horrores e atentados contra a humanidade e a Natureza que o capitalismo gera e o imperialismo exacerba. Em uma conjuntura de acirramento de colossais contradições do imperialismo que, no XXI, continua e continuará matando milhões de nossa classe em guerras imperialistas e jogando outros tantos nos mares e desertos à procura

de uma relativa paz e algum pão, o internacionalismo proletário, e não a escolarização burguesa, é a única direção revolucionária.

### Referências

- ANDRADE, M.C.P., NEVES, R.M.C., PICCININI, C.L. Base Nacional Comum Curricular: disputas ideológicas na educação nacional. In: *Anais Marx e o Marxismo 2017: de O Capital à Revolução de Outubro (1867-1917)*. NIEP MARX, Universidade Federal Fluminense, 21 a 25 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC37/mc373.pdf>>. Acesso em 10 dez.2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Terceira versão. Brasília: MEC, 2017. Disponível em <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pdf/1\\_BNCC-Final\\_Introducao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pdf/1_BNCC-Final_Introducao.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2017.
- CAVICCHIOLI. L'ottobre e il motore della guerra. *Ottobre 1917; 100 anni, 100 militanti della rivoluzione*. Milano, Edizioni Lotta Comunista, 2017, p. 55-59.
- CERVETTO, Arrigo. *Lênin e a revolução chinesa*. Niterói, Edições Intervenção Comunista, 2008.
- FREITAS, Luiz C. de. *MEC: travessia para nenhum lugar*. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2016/05/17/mec-travessia-para-nenhum-lugar/>>. Acesso em: 10 jun.2016.
- FUNDAÇÃO DOM CABRAL. *Ranking das multinacionais brasileiras - 2017*. Disponível em: <[http://www.fdc.org.br/professoresepesquisa/nucleos/Documents/negocios\\_internacionais/2017/Ranking\\_FDC\\_Multinacionais\\_2017.pdf](http://www.fdc.org.br/professoresepesquisa/nucleos/Documents/negocios_internacionais/2017/Ranking_FDC_Multinacionais_2017.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2017.
- FUNDAÇÃO LEMANN. *Relatório Anual 2016*. Disponível em: <[http://www.fundacaolemann.org.br/wp-content/uploads/2014/10/RA2016\\_lemann\\_PDF-interativo\\_web-1.pdf](http://www.fundacaolemann.org.br/wp-content/uploads/2014/10/RA2016_lemann_PDF-interativo_web-1.pdf)>. Acesso em 17 mar. 2018.
- HANDEFAS, Anita. *Uma leitura crítica das pesquisas sobre as mudanças nas condições capitalistas de produção e a educação do trabalhador*. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006, 152p.
- LA BARBERA, Guido. O lance iraniano da Turquia e do Brasil surpreende a velha ordem. In: *A nova fase estratégica*. Niterói: Edições Intervenção Comunista, 2015, p.141-145.
- LA BARBERA, Guido. *Lotta Comunista; il modello bolscevico, 1965-1995*. Milano, Edizioni Lotta Comunista, 2015.
- LÊNIN, V.L. (1916). *O oportunismo e a falência da II Internacional*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/Lênin/1916/01/falencia.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2017.
- LÊNIN, V.L. (1917). *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Lisboa: Edições Avante, 1975.
- LÊNIN, V.L. (1917). *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/Lênin/1916/imperialismo/index.htm>>. Acesso em: 20 jan 2017.
- LÊNIN, V.L. (1917b) *Carta ao CC, ao CM, ao CP e aos Membros Bolcheviques dos Sovietes de Petrogrado e Moscovo*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/Lênin/1917/10/14-01.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- LÊNIN, V.L. Sobre a importância do ouro agora e depois da vitória completa do socialismo. In: CERVETTO, Arrigo. *Lênin e a revolução chinesa*. Niterói, Edições Intervenção Comunista, 2008. p.89-96.
- LOTTA COMUNISTA. Ascensão do capital financeiro brasileiro. *A ascensão do imperialismo brasileiro*. Niterói, Edições Intervenção Comunista, 2011, p. 81-85.
- MARTINS, Erika M. *Todos pela Educação?* Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2016.

MARX, Karl. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, K e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Martins Claret, 2007.

PIMENTEL, Diego A.; AYMAR, Iñigo Macías; LAWSON, Max. *Compensem o trabalho, não a riqueza*. OXFAM Internacional, 2018. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/noticias/super-ricos-estao-ficando-com-quase-toda-riqueza-as-custas-de-bilhoes-de-pessoas>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PICCININI, Cláudia L.; NEVES, Rosa M.C. Experiência dos embates e autocrítica: ações, indagações e apontamentos teóricos a partir da constituição de um laboratório em ciências humanas de “inspiração marxista”. In: *Ambiente & Educação*, vol.14(2), p.79-86, 2009.

PICCININI, Cláudia L.; NEVES, Rosa M.C. Gênese e desenvolvimento do conceito de classe social: elaboração teórica para futuros entendimentos sobre as disputas políticas no campo educacional. *Relatório de Pesquisa*, Faculdade de Educação. Apoio PR-2/UFRJ, outubro de 2013. 31 p.

PORTUGAL, Adriana D. *Considerações acerca da atual produção de conhecimento de inspiração marxista em Filosofia da Educação: uma perspectiva marxista*. Rio de Janeiro: PROPED, UERJ (Dissertação de Mestrado), 2008, 111p.

RUDENKO, Gueorgui. O que é o imperialismo? In: LÊNIN, V.L. (1917). *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Lisboa: Edições Avante, 1975.

VALOR ECONÔMICO. Família mais rica do Brasil fez US\$13 bilhões com o sonho do nióbio. In: *Valor Econômico*. Publicado em 13 de março de 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/carreira/3043494/familia-mais-rica-do-brasil-fez-us-13-bilhoes-com-o-sonho-do-niobio>>. Acesso em janeiro de 2015.

SANTOS, João Vítor. Em um Brasil sem diálogo, escola vira arena para disputas. In: *IU-Online, Revista do Instituto Humanitas da UNISINOS*, São Leopoldo, n.516. p. 23-29. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao516.pdf>>. Acesso em dezembro de 2017.

WIZIACK, Julio e CARNEIRO, Mariana. China acelera plano de expansão no Brasil e na América Latina. In: *Jornal Folha de São Paulo*, 1 de fevereiro de 2018.

### Notas:

<sup>1</sup> Pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz, RJ, Brasil. Membro do Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica, se dedicando a estudos comparados de pedagogias específicas em educação científica, organização da atividade científica, trabalho científico na contemporaneidade e efeitos e tendências na carreira e iniciação de cientistas na área da saúde e da educação. Email: rosa.neves@fiocruz.br

<sup>2</sup> Professora e Pesquisadora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Didática, RJ, Brasil. Pesquisadora do COLEMARX - Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação. Experiência na área de Ciências Humanas. Interesses de pesquisa: políticas educacionais, mudanças no trabalho e na formação de professores. Email: clpiccinini@gmail.com

<sup>3</sup> Utilizamos revolução de outubro ao invés de revolução russa, para restaurar o caráter internacionalista da irrupção e do processo revolucionário que não tinha como objetivo último tomar o poder de um estado nacional russo; mas através da Rússia – o elo mais fraco da cadeia imperialista – internacionalizar o combate às burguesias, principalmente através de seu elo mais forte e próximo, a Alemanha, onde havia agitação de massa contra a guerra. Essa análise não pode ser senão a única interpretação de diversos textos publicados por Lênin em 1917 e antes. Sugerimos especialmente a leitura de LÊNIN (1917b) e a interpretação contemporânea do processo revolucionário em CAVICCHIOLI (2017).

<sup>4</sup> Em 1921, Lênin (2008, p.92) afirma que a possibilidade histórica do movimento revolucionário russo alcançou “a saída revolucionária da guerra imperialista mundial”; “a criação do regime soviético, forma de realização da ditadura do proletariado”. Explicita que “nós recuamos para o capitalismo de Estado” (IDEM, p.96), referindo-se à necessidade material e moral de dotar as classes operária e camponesa russas de uma unidade objetiva – social e econômica – com o proletariado mundial. Afirma com toda clareza que “começou um novo capítulo na história mundial: a época da ditadura proletária. *Só uma série de países aperfeiçoará e culminará o regime soviético e todas as formas de ditadura proletária. Resta-nos ainda muito, muitíssimo por fazer neste domínio. Seria imperdoável não o ver*” (idem, grifos nossos). É magistral sua compreensão profunda da determinação econômica da força revolucionária do proletariado que contraditoriamente o desenvolvimento do capitalismo move: “não nos deixamos dominar pelo ‘socialismo do sentimento’ ou pelo estado de espírito velho-russo, semi-senhorial, semimujique, patriarcal, do qual é próprio um incontrolado desprezo pelo comércio”. (IBIDEM)

<sup>5</sup> Obra de oportunistas conciliadores, o stalinismo significou o sepultamento do caráter científico e do sentido internacionalista do marxismo, tornando-o um nacionalismo fideísta que justificou a edificação de fato de um forte capitalismo de Estado ao lado de outros capitalisms, com menor presença do Estado.

A direção política de Lênin diante do isolamento da revolução na Rússia nunca foi a edificação do socialismo em um só país ao lado do capitalismo, uma tese, por definição, antimarxista. Sua direção, após o isolamento do processo revolucionário na Rússia, foi o desenvolvimento econômico capitalista na Rússia, sob controle dos *soviets* e camponeses, e a paulatina construção de uma força política proletária, internacional e comunista – através das Internacionais Comunistas – para ação revolucionária unida na próxima guerra imperialista que, previa Lênin, ocorreria na década seguinte (Lênin, 2008). A previsão se cumpriu, mas não no prazo suposto, e a direção da batalha russa tomou outro rumo, para o qual foi necessário um duplo assassinato – subjetivo e objetivo – pelas forças da reação que tem alguma continuidade com o “produto da decomposição, da putrefação, da II Internacional” (Lênin, 2017, s.p.): prisão e extermínio de todas as lideranças revolucionárias e de grande parte de apoiadores dos processos revolucionários; destruição, censura e adulteração de textos e figuras do marxismo – inclusive de Marx, de Engels e de Lênin.

<sup>6</sup> “Proletários de todos os países, uni-vos” não foi uma frase de efeito, mas palavra de ordem que expressou e expressa a máxima contradição teórico-prática do capitalismo e a síntese mais geral do socialismo científico.

<sup>7</sup> Atestada, por exemplo, em uma notícia recente da Folha de São Paulo - “China acelera plano de expansão no Brasil e na América Latina” -, de Julio Wiziack e Mariana Carneiro (2018), que relatam posição de Yang Song, encarregado interino de negócios da embaixada chinesa no Brasil: “A América Latina respondeu por 15% de todo o investimento da China, perdendo somente para os países da Ásia”. Sobre o Brasil, diz: “(...)‘nossa relação sempre foi de déficit [em favor do Brasil nas relações comerciais] e nunca nos queixamos’. Um convite “para atrair interessados em exportar para o país”; na China International Import Expo, a ocorrer em Xangai, no início de novembro, “empresas poderão expor seus produtos e serviços mirando um mercado de 1,3 bilhão de consumidores, cujo poder aquisitivo aumenta rapidamente”, significando um mercado que “deve movimentar cerca de US\$ 10 trilhões em cinco anos”. Naturalmente, a grande burguesia brasileira mira esse mercado e também a qualificação da força de trabalho, necessária para seus interesses. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/02/1954899-china-acelera-plano-de-expansao-no-brasil-e-na-america-latina.shtml> >. Acesso em 1 de fevereiro de 2018.

<sup>8</sup> Há diversas traduções para o português dos textos de Lênin, inclusive disponíveis no meio digital. Neste artigo, citamos de modo alternado a edição impressa da Editora Avante, de 1975, e a versão digital da mesma editora, disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm> >.

<sup>9</sup> Nesse movimento também desmantela teses anticientíficas a serviço, ainda hoje, do capitalismo organizado. (RUDENKO, 1975)

<sup>10</sup> A relação entre traição kautskysta, oportunismo, revisionismo e imperialismo já era uma análise de Lênin antes de 1917, o que se atesta, por exemplo, no artigo *O Oportunismo e a Falência da II Internacional*, de 1916. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/Lênin/1916/01/falencia.htm> >.

<sup>11</sup> Naquele contexto, essa relação se qualificava sobretudo na indústria siderúrgica, de mineração (carvão, aço) e de petróleo. Hoje, no Brasil, por exemplo, se espalha pelos setores de Transporte Aéreo Civil, Roupas e Moda, Papel e Celulose, Logística, Indústria de não tecidos, Eletricidade e Gás, Cosméticos, Consultoria, Fabricação de Veículos e Aeronaves, Construção, Calçados e Têxteis, Autopeças, Bancos e Seguradoras, Fabricação de Máquinas e Equipamentos, Siderurgia e Metalurgia, Materiais de Construção, Indústria Química, Alimentos e Bebidas, Tecnologia da Informação e Comunicação (FUNDAÇÃO DOM CABRAL, 2017).

<sup>12</sup> Nessa guerra particular, o estado alemão foi condicionado ao papel de garantidor do monopólio do setor petrolífero alemão contra os Rockfeller.

<sup>13</sup> No Manifesto do Partido Comunista de 1848, Marx e Engels afirmavam: “Pressionada pela necessidade de mercados sempre mais extensos para seus produtos, a burguesia conquista a terra inteira. Tem que imiscuir-se em toda a parte, instalar-se em toda a parte, criar relações em toda a parte”.

<sup>14</sup> Sobre o Decreto n. 6.094 de 2007 conferir em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm) >.

<sup>15</sup> A Resolução sobre a BNCC foi homologada pelo Ministro Mendonça Filho - MEC, Resolução CNE/CP nº 2, 22 de dezembro de 2017 -, após movimentação no Conselho Nacional da Educação desde julho de 2017.

<sup>16</sup> Essa reforma não pode ser descolada da reforma do ensino médio, hoje tornada lei (Lei 13.415/2017); sua dimensão curricular foi apenas retardada em função de disputas no plano político.

<sup>17</sup> Esta caracterização como dominante tem por referência duas teses fundamentais do marxismo desde a Ideologia alemã [1845] – a determinação em última instância da esfera social à produção econômica e o domínio também ideológico da classe economicamente dominante.

<sup>18</sup> Informação extraída de sítio do Portal de Notícias G1. Disponível em: < [http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL846978-9356,00-UNIBANCO+E+ITAU+ANUNCIAM+FUSAO+E+CRIAM+GIGANTE+FINANCEIRO.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL846978-9356,00-UNIBANCO+E+ITAU+ANUNCIAM+FUSAO+E+CRIAM+GIGANTE+FINANCEIRO.html) >. Acesso em janeiro de 2018.

<sup>19</sup> Informação extraída do sítio do Instituto Inspirare. Disponível em: < <http://inspirare.org.br/category/quem-somos> >. Acesso em janeiro de 2016.

<sup>20</sup> Informação de Mônica Scaramuzzo e Renata Agostini, em O Estado de S. Paulo. *Família Gradin, sócia da Odebrecht, busca ajuda do BNDES para viabilizar usina*. Disponível em: < <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,familia-gradin-socia-da-odebrecht-busca-ajuda-do-bndes-para-viabilizar-usina,70002073077> >. Acesso em dezembro de 2017.

<sup>21</sup> Informação disponível em: < <http://www.fmcsv.org.br/pt-br/sobre-nos/governanca-e-gestao/Paginas/default.aspx> >. Acesso em dezembro de 2017.

- 22 Para maiores esclarecimentos ver: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/mantenedores-e-apoiadores>>. Acesso em 15 de março de 2018.
- 23 Extraído do relatório de 2016 do Instituto Ayrton Senna. Disponível em: <[http://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonsenna/instituto/relatorio2016/Parceiros\\_2017.11.23.pdf](http://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonsenna/instituto/relatorio2016/Parceiros_2017.11.23.pdf)>. Acesso em janeiro de 2018.
- 24 Com marcas de tamanho intermediário figuram Allianz, Suzano Papel e Celulose, Mol Editora, Fundação Siemens, Fundação Volkswagen, Celpe Neoenergia, Coelba Neoenergia, Cosern Neoenergia, Neoenergia, Droga Raia, Raízen, além de outras 34 empresas com marcas de menor porte. O tamanho da marca promotora certamente não significa capacidade econômica ou estratégica da empresa ou monopólio, pois entre as marcas de menor tamanho há, por exemplo, a gigante Microsoft.
- 25 Verificar em <<http://educacao.globo.com/telecurso/noticia/2014/11/o-que-e.html>>. Acesso em 17 março 2018.
- 26 Disponível em: <<http://relatorioanual.fmcsv.org.br/2015/>>. Acesso em 17 de março de 2018.
- 27 IDEM.
- 28 Disponível em: <<http://futura.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 17 de março de 2018.
- 29 Disponível em: <[https://issuu.com/fmcsv/docs/cippecc\\_portugues?embed\\_cta=read\\_more&embed\\_context=embed&embed\\_domain=www.fmcsv.org.br&embed\\_id=3034920%252F4338039](https://issuu.com/fmcsv/docs/cippecc_portugues?embed_cta=read_more&embed_context=embed&embed_domain=www.fmcsv.org.br&embed_id=3034920%252F4338039)>. Acesso em 17 de março de 2018.
- 30 Conceito cunhado por Lênin: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/cap7.htm>>.
- 31 Ver em: <<http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 01 janeiro 2018.
- 32 Importante destacar que a fonte de informações sobre o MPB é o sítio eletrônico do próprio Movimento, atualizado e modificado no transcorrer da BNCC, com informações sobre sua dinâmica. Em relação a sua composição, uma primeira mudança que identificamos foi a introdução da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal como apoiadora institucional, pelo menos a partir de 2016; outra mudança foi a exclusão de Eduardo Deschamps como “pessoa” integrante do MPB.
- 33 Verificar em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/10/eduardo-deschamps-assume-presidencia-do-conselho-nacional-de-educacao>>. Acesso em 01 janeiro 2018.
- 34 Ver missão da Rede CPE. Disponível em: <<http://www.cienciaparaeducacao.org>>. Acesso em abril 2016.
- 35 Abrange pesquisadores da USP, ICB-UFRJ, PUC-RS, UFRN, UFPR, UNIFESP, UFBA, dentre outras. Disponível em: <<http://www.cienciaparaeducacao.org/wp-content/uploads/2015/07/Carta-de-Fundacao-CpE.pdf>>. Acesso em abril 2016.
- 36 Informações: <<http://embrapii.org.br/categoria/institucional/quem-somos/>>. Acesso março 2018.
- 37 Fonte: <<http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/uma-ilha-em-%E2%80%A8busca-de-records>>. Acesso em [abril de 2016](#).
- 38 Informação extraída do sítio do próprio Instituto. Disponível em: <[http://www.intercement.com/pt/#/institucional\\_quem\\_somos/](http://www.intercement.com/pt/#/institucional_quem_somos/)>. Acesso em janeiro de 2016.
- 39 Além dos institutos mencionados constam como apoio do CEDAC: Instituto Jutta Batista da Silvas, CENPEC, Editora Moderna, FTD Editora, Fundação Itaú Social, Fundação Santillana, Fundação Vale, Fundação SM, Fundação Vale, Hydro, IMPAES, Instituto Inspirare, Instituto Reciclar, Laboratório da Educação, Instituto Reciclar, Laboratório de Educação, SESI, UNESCO e Todos Pela Educação. Figuras símbolos de prefeituras de diferentes estados: Aracruz (ES), Catas Altas, João Monlevade, São Gonçalo do Rio Abaixo (MG), Congonhas e Sorocaba (SP) e Paragominas (PA). Fonte: <<http://www.comunidadeeducativa.org.br/parceiros/>>. Acesso em janeiro de 2016.
- 40 Informações extraídas de currículo da Plataforma Lattes: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783028D8>>. Acesso em janeiro de 2018.
- 41 Informações extraídas de currículo da Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8138714P6>>. Acesso em janeiro de 2018.
- 42 Informação extraída de “Relatório de atividades 2016”, a partir de: <<http://www.cenpec.org.br/transparencia/>>. Acesso em janeiro de 2018.
- 43 É possível que a interação entre ABAVE com fundações monopolistas e Estado, pela natureza de sua expertise mais afeita a avaliação educacional, ainda vá se dinamizar com a implantação da BNCC, para qual se prevê que seja amplamente desenvolvido o componente de avaliação educacional.
- 44 Em SANTOS (2017), há uma autocrítica do próprio Renato Janine Ribeiro sobre o método de construção inicial da BNCC.
- 45 A divulgação desse número é analisada por Fernando Cássio e está disponível em: <[https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2017/Participa%C3%A7%C3%A3o-e-participacionismo-na-constru%C3%A7%C3%A3o-da-Base-Nacional-Comum-Curricular?utm\\_source=socialbttns](https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2017/Participa%C3%A7%C3%A3o-e-participacionismo-na-constru%C3%A7%C3%A3o-da-Base-Nacional-Comum-Curricular?utm_source=socialbttns)>. Acesso em dezembro 2017.
- 46 Através de Decreto Presidencial de 27 de junho de 2016. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=1&data=28/06/2016>>. Acesso em agosto de 2016.
- 47 O Comitê Gestor da Base Nacional Comum Curricular e Reforma do Ensino Médio entrou no processo a partir da Portaria MEC, nº790/2016, de 27 de julho, suas atribuições: propor definições, orientações e diretrizes para a versão final da Base, incluindo sua implantação e, ainda, contribuir com a reforma do ensino médio. Compõem o Comitê: Maria Helena Guimarães de Castro, secretária executiva do MEC, os secretários de Educação Básica do MEC, Rossieli Soares da Silva (atualmente no cargo de ministro), e de Educação Superior, Paulo Barone; as secretárias de Articulação com os Sistemas de Ensino, Regina de Assis, de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Ivana de Siqueira, e de Educação Profissional e Tecnológica, Eline Neves Braga Nascimento, além da presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Inês Fini.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/43891-comite-debate-texto-final-da-base-comum-e-do-ensino-medio>>. Acesso em 15 janeiro 2017.

- <sup>48</sup> No último dia de mandato de Dilma Rousseff – 30 de agosto de 2016 – o Projeto de autoria de Rogério Marinho (PSDB-RN) teve Parecer favorável por Atila Lira (PSB-PI) pela Comissão de Educação da Câmara de Deputados. Até o momento, a situação do projeto parece mais uma “carta na manga” de grupos de menor projeção, pois se o MPB o considerasse o âmbito mais adequado para a construção da BNCC, não resta dúvida de que já teria avançado nessa direção. De toda forma, o recurso ao Congresso Nacional é um expediente a ser utilizado em situações críticas.
- <sup>49</sup> Dizemos relativamente livre, pois a própria Lei afirma a obrigatoriedade do ensino da matemática e da língua portuguesa nos três anos do ensino médio. O que é reafirmado na versão da BNCC entregue ao CNE em 03/04/2018.
- <sup>50</sup> “MEC entrega ao CNE a terceira versão da BNCC, com as partes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental” é o título de informação da linha do tempo da BNCC no sítio criado pelo MPB. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/acontece/base-entregue-cne/>>. Acesso em dezembro de 2017.
- <sup>51</sup> No total foram 5 audiências, a primeira em Manaus (7 de julho), a segunda em Recife (28 de julho), a terceira em Florianópolis (11 de agosto), a quarta em São Paulo (25 de agosto), a quinta e última em Brasília, em 11 de setembro de 2017.
- <sup>52</sup> O Instituto Inspirare tem fortes conexões com a Odebrecht, um dos monopólios mais expressivos da Operação Lava Jato.
- <sup>53</sup> Desde o primeiro mandato de Dilma até o impeachment, tivemos como Ministros da Educação: Fernando Haddad (01/01/2011 a 23/01/2012), **Aloizio Mercadante** (24/01/2012 a 02/02/2014), José Henrique Paim (03/02/2014 a 01/01/2015), **Cid Gomes** (01/01/2015 a 18/03/2015), Luiz Cláudio Costa – interino - (18/03/2015 a 06/04/2015), **Renato Janine Ribeiro** (06/04/2015 a 01/10/2015), **Aloizio Mercadante** (02/10/2015 a 12/05/2016); pós-impeachment Eduardo Mendonça Filho (12/05/2016 a 05/04/2018) e Rossieli Soares (posse em 10/04/2018).
- <sup>54</sup> Sobre a mobilização desde agosto de 2017, pode-se acessar notícia do MPB. Disponível em: <[http://implementacaobncc.com.br/wp-content/uploads/2017/09/guia\\_BNC\\_implementacao\\_v4\\_1109\\_.pdf](http://implementacaobncc.com.br/wp-content/uploads/2017/09/guia_BNC_implementacao_v4_1109_.pdf)>. Sobre a mobilização mais atual e destinação de verbas para implantação da BNCC, verificar <<http://www.ceara.gov.br/2018/01/16/experiencia-do-ceara-na-cooperacao-com-os-municipios-e-referencia-para-implantacao-da-bncc-no-pais/>>.
- <sup>55</sup> Nesta direção, nossa trajetória teórica para aprofundar relações entre capitalismo, estado e educação passa a ser o estudo de posições marxistas sobre Estado, especialmente através de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels, de *Estado e Revolução* e *Sobre o Estado*, de Lênin e de *O invólucro político*, de Arrigo Cervetto.
- <sup>56</sup> Qualquer semelhança dessa expressão com o atual massacre de nossa classe na Síria e a indiferença ou atividade de grandes potências imperialistas não é mera coincidência.

Recebido em: 22/03/2018

Aprovado em: 14/04/2018